

(*) *Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva* é Mestre e doutorando em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - PPGArq/MAE/USP.
E-mail: abrahaosanderson@hotmail.com

Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva*

A "Estratigrafia do Abandono" em dois museus públicos potiguares**

Exiled memory:

the stratigraphy of the abandonment at museums potiguares

RESUMO: As coleções arqueológicas são pouco articuladas com outros conjuntos patrimoniais brasileiros, o que revela camadas de relações estabelecidas para com estes artefatos e evidencia um processo de isolamento e esquecimento destes enquanto constituintes das memórias regionais ou nacionais. Esta "estratigrafia do abandono" é observada no Rio Grande do Norte a partir das relações estabelecidas para com os acervos arqueológicos nos museus Câmara Cascudo e Lauro da Escóssia. Estudando realidades institucionais distintas, se busca contribuir para a percepção não só do potencial informativo e comunicativo das coleções arqueológicas potiguares, mas também para evidenciar a maneira como este campo do patrimônio cultural brasileiro tem sido abordado em terras norte-rio-grandenses.

Palavras-chave:

coleções,
patrimônio,
memória.

I ntrodução

A idéia de escrever este artigo, fundamentalmente, apóia-se em uma preocupação com o patrimônio histórico-arqueológico norte-rio-grandense e as relações que se estabeleceram para com este no âmbito de duas instituições museológicas do Rio Grande do Norte. Ou seja, nos interessamos por perceber a forma como os acervos arqueológicos foram formados e como são abordados no museu universitário Câmara Cascudo e no museu histórico municipal Lauro da Escóssia. Estas instituições estão localizadas em distintas porções do território potiguar, respectivamente, nas regiões oeste (na cidade de Mossoró) e litoral (na cidade do Natal) e apresentam uma variação na forma como

(**) O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/Brasil.

acessam e difundem este campo do patrimônio cultural brasileiro, deixando claro que *a constituição de uma memória está intimamente relacionada com as transformações que o presente lhe confere na reelaboração do passado* (ALMEIDA & VASCONCELLOS, 2003: 107).

O conceito chave para entendermos esta situação é o de *estratigrafia do abandono* (BRUNO, 1995), ou seja, no plano dos museus locais estudados e também da historiografia local¹ analisada se observa, de maneira análoga a uma estratigrafia², a formação de camadas que quando desveladas evidenciam

*uma estratigrafia que sufocou e fossilizou os vestígios pré-coloniais, enquanto indicadores da nossa memória cultural. Esta **estratigrafia do abandono** é responsável pelo esquecimento das fontes arqueológicas e pela sua circunscrição no terreno das **memórias exiladas** (Id. Ibid.: 8 – Grifo nosso).*

Em outras palavras, isto implica dizer que as coleções arqueológicas quando inseridas no contexto dos acervos museológicos se mostram pouco articuladas com outros conjuntos patrimoniais, o que revela então camadas de relações que foram estabelecidas para com estes artefatos e evidencia um processo que destaca o isolamento e o esquecimento dos objetos arqueológicos enquanto elementos constituintes das memórias locais, regionais ou nacionais – daí porque serem memórias exiladas.

De uma maneira mais ampla, podemos enxergar a formação dessa estratigrafia do abandono a partir do período vinculado à obra colonizadora. Desde esta época já pode ser percebida uma estrutura que arregimentou valores e definiu objetos e objetivos nas terras conquistadas, incitando assim um desapego ao passado nativo. Um exemplo disto pode ser notado na subjugação da oralidade e da *artefatualidade* nativas em favor das letras e da cultura material européia.

Cabe ressaltar que este desprezo por características culturais tão fortes dos nativos, pode ser uma das principais razões para o esquecimento do seu passado. Como é conhecido, a oralidade é um elemento decisivo de comunicação entre os grupos indígenas. As histórias do passado, os mitos de origem, os ritos de passagem, as interpretações e representações do meio ambiente, entre tantos outros aspectos, têm na linguagem oral as possibilidades objetivas de preservação.

¹ A historiografia local analisada é composta pelas seguintes obras: CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé/FJA, 1986; MONTEIRO, Denise. Introdução à história do Rio Grande do Norte. 2. ed. Natal: EDUFRRN, 2002; LIRA, Tavares de. História do Rio Grande do Norte. 3. ed. Natal: IHGRN, 1997; MEDEIROS, Tarcsio de. Proto História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Presença/FJA, 1985; POMBO, Rocha. História do Estado do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.

² Há duas noções de estratigrafia, uma geológica e outra arqueológica, que se cruzam e que tem por princípio básico as idéias de seqüência e sobreposição, donde a uma etapa anterior pretensamente mais antiga se segue uma mais recente. Souza (1997: 51) as caracteriza, respectivamente, como o estudo de camadas ou estratos que aparecem superpostos num corte geológico e, o estudo dos sucessivos pisos de ocupação ou assoalhos culturais.

Desta mesma forma, os artefatos reúnem características importantes para a compreensão dos processos culturais, no que diz respeito à escolha e tratamento das matérias-primas, às diferentes técnicas de confecção e possibilidades de uso.

Assim, o passado pré-colonial ficou subjugado a olhares estrangeiros e indiferentes aos seus vestígios (BRUNO, 1995: 11).

Há outras camadas nesta estratigrafia que são posteriores ao período colonial, como, por exemplo, o fato de que as elites econômicas do século XIX privilegiaram manifestações culturais de inspiração européia, contribuindo desta maneira para a imposição de pretensos traços culturais formadores da identidade nacional; ou a idéia de que a preservação de traços culturais de um passado pré-colonial implica em um obstáculo ao progresso; ou ainda o fato de que o avanço da pesquisa arqueológica não foi acompanhado por uma utilização dos dados gerados em trabalhos feitos, entre outros profissionais, por historiadores, sociólogos e antropólogos, preocupados em compreender e explicar a nação brasileira.

Não obstante tais situações, metafóricamente pensadas como camadas, talvez uma das principais dificuldades nesta problemática pensada em relação às fontes arqueológicas resida nas próprias posturas profissionais dos arqueólogos e das posturas teóricas por eles adotadas em seus projetos de pesquisa. Em outras palavras: podemos dizer *que a comunicação do conhecimento produzido por esses projetos científicos está comprometendo e desfocando a imagem sobre a Arqueologia e distanciando-a do processo cultural contemporâneo* (BRUNO, 1995:18). Uma vez isto percebido, nota-se enfaticamente uma falha no chamado *campo de projeção*³, já que o patrimônio advindo destas pesquisas arqueológicas não é enxergado pela sociedade que o circunda como uma herança, nem como uma constante na construção das suas identidades.

Aliás, em alguns casos as coleções arqueológicas presentes em museus não são consideradas patrimônio arqueológico, isto porque para vários pesquisadores o conceito de patrimônio arqueológico está restrito ao que é encontrado nos sítios arqueológicos e que é, portanto, passível de escavação. Nossa idéia de patrimônio, implícito aí também a idéia de patrimônio arqueológico, é mais ampla. Envolve o fato de percebermos que artefatos, construções, saberes, fazeres e o ambiente se interconectam, de modo que podemos pensar em relações homem – artefato, natureza – homem, e assim sucessivamente.

Vários autores já se debruçaram sobre a historicidade ou a respeito das noções que emanam do termo patrimônio (FUNARI & PELEGRINI, 2006; CALI, 2005; LEMOS, 2004; JORGE, 2000; entre outros). Entretanto, optamos por

³ BRUNO, Maria Cristina. Principais campos da ação museológica. Seminário CCBB: Museus e exposições no século XXI: vetores e desafios contemporâneos. Julho de 2004.

pensar e utilizar dois conceitos básicos que se interconectam: o primeiro deles é a noção de **Patrimônio**, formulada como “o conjunto dos bens, fruto das relações entre os homens e os recursos naturais; entre os homens em sociedade; e as interpretações que são elaboradas a partir destas relações” (BRUNO, 1999: 333). Este conceito de patrimônio, entendido também como algo que demanda preservação, implica entender também uma outra noção que é a de **Herança**, definida como “a consciência da existência desse Patrimônio, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço” (BRUNO, 1995: 159).

Esses conceitos, além de outras problemáticas, são reunidos em uma linha de estudo denominada de Musealização da Arqueologia, seguida neste trabalho e que, entre outros aspectos, comporta análises sobre mentalidades e também acerca do gerenciamento museológico das memórias que podem ser projetadas a partir de distintas realidades arqueológicas. Um campo de abordagem de natureza interdisciplinar, mas que, apesar do nome, não está circunscrito à relação Arqueologia – Museologia e comporta outras relações entre áreas de conhecimento, muito embora sua maior contribuição surja justamente da evidencição de um olhar cúmplice, ou complementar, entre estas duas disciplinas, donde:

A Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como área do conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da arqueologia (BRUNO, 1995: 142).

⁴ “toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia” (GODOY Apud ORIÁ, 2002: 132).

O estudo acerca da Musealização da Arqueologia preenche uma lacuna de análises porque se preocupa com aspectos pouco trabalhados por museólogos e praticamente esquecidos pelos arqueólogos, uma vez que “a estreita vinculação entre o desenvolvimento da pesquisa arqueológica e das instituições museais não tem sido uma preocupação dos arqueólogos” (BRUNO, 1995: 97).

Os bens culturais⁴, em nosso caso especificamente os arqueológicos, são elementos constituintes do nosso patrimônio, são variados e representam vivências, memórias que quando exiladas têm a tendência de serem esquecidas

e não trabalhadas, logo, não possuem representatividade, perdem a capacidade de significação, e aí temos então a estratigrafia do abandono. Esta é formada por vários fatores e será mais bem observada, no caso do Rio Grande do Norte, quando acrescentarmos ao nosso estudo alguns dados referentes aos museus Lauro da Escóssia e Câmara Cascudo.

O Museu Histórico Lauro da Escóssia

O museu municipal de Mossoró foi criado em 1948, contudo a portaria que instituiu este organismo da administração municipal só foi publicada em 1949. O museu foi criado junto com uma biblioteca, ambos faziam parte de um projeto político cultural do então prefeito Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia, 1948 – 1951 e da intelectualidade que o cercava. Biblioteca e museu tiveram seus espaços vinculados durante várias décadas e, quando por motivo de alguma reforma, houve uma separação entre estes ela ocorreu sempre em detrimento do museu. Este último, como todo órgão da municipalidade, está sujeito aos avanços e revezes da administração pública, tanto que as mudanças de gestores (prefeitos) do município sempre ocasionaram a mudança de espaço físico do museu ou uma alteração no quadro dos funcionários – inclusive a direção.

Essas mudanças repercutiram, por exemplo, na quantidade de peças que compõem o acervo do museu. Ou seja, uma mudança de prédio (ou de administração) implicava na perda ou desaparecimento de peças, por exemplo, da coleção arqueológica. Este nomadismo só foi terminado quando a partir das iniciativas do jornalista Lauro da Escóssia, diretor do museu entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, o museu foi transferido para o espaço que ocupa hoje: a antiga Casa de Câmara e Cadeia de Mossoró. Embora isto não signifique dizer que o poder público municipal passou a ter *outros olhos* para com o museu, tal iniciativa rendeu ao Sr. Lauro da Escóssia uma homenagem, a instituição é hoje conhecida também como Museu Histórico Lauro da Escóssia – ou, neste trabalho, MHLE.

A administração municipal, principalmente a partir do final da década de 1990, dá o tom dos elementos sócio-históricos que devem ser valorizados ou rememorados enquanto parte da memória dos mossoroenses e que, neste caso, remetem diretamente a três eventos: 1) A abolição da escravidão, que de acordo com a historiografia local teria ocorrido em 30 de setembro de 1883, ou seja, primeiramente em Mossoró e somente cinco anos depois no Brasil como um todo; 2) A resistência ao bando de cangaceiro Lampião, em 13 de junho de 1927, fato constantemente lembrado pelos moradores locais como exemplo da força e resistência do povo desta cidade e 3) O 1º voto feminino

da América Latina, protagonizado pela professora Celina Guimarães em 1932. O poder público municipal há muito propala tais acontecimentos e faz questão de reforçá-los, entre outros aspectos, por meio de grandes festividades anuais e pela nomeação de logradouros que lembrem tais acontecimentos. Daí porque, principalmente, a cultura material que evoque esses acontecimentos é muito procurada e valorizada em detrimento de outros acervos do Museu Lauro da Escóssia. Isto nos remete então a coleção arqueológica e ao fato de como estes artefatos são abordados no contexto desta instituição.

A coleção arqueológica do Lauro da Escóssia começou a ser formada desde 1949, é a mais antiga e uma das mais expressivas do estado. Os artefatos desta coleção computam aquisições advindas das mesorregiões Agreste, Central, Leste e Oeste do território potiguar. A coleção é composta basicamente por duas categorias de artefatos: líticos e cerâmicos. A grande maioria dos artefatos (cerca de 95%) são líticos lascados e/ou polidos. O material polido pode ser agrupado nos seguintes conjuntos artefatuais: lâminas de machado, cunhas, cinzéis, mós, mãos de mó, almofarizes, pilões e batedores – esféricos e semi-esféricos. Nestes conjuntos sobressaem-se as lâminas de machado. No que diz respeito ainda ao material lítico polido, existe também na coleção algumas contas de colar e um tembetá (adorno labial). No que concerne aos líticos lascados, há no Lauro da Escóssia a maior coleção de pontas de projeteis do estado. De fato, a menor quantidade de peças na coleção arqueológica do MHLE fica por conta das cerâmicas, são cinco cachimbos, ou mais precisamente cinco forninhos de cachimbo que apresentam decoração incisa e excisa, havendo em um dos artefatos a elaboração de motivos geométricos em uma das superfícies.

Entre os 22 municípios tidos como lugar de origem das peças, as localidades que mais contribuíram com materiais para esta coleção curiosamente são as menos pesquisadas arqueologicamente até hoje, diga-se de passagem, que a grandeza do potencial do estado para materiais arqueológicos é inversamente proporcional à quantidade de pesquisas já executadas.

Percebe-se que o princípio de pesquisar os materiais para depois expô-los, adotado pelos primeiros museus brasileiros e no Rio Grande do Norte pelo Museu Câmara Cascudo, isto durante o período em que funcionava o Departamento de Antropologia desta instituição, não condiz com a realidade do Museu Histórico Lauro da Escóssia. Dessa forma, não só a exposição, mas também o trato com os materiais arqueológicos neste museu apresentam especificidades que, de uma forma mais direta, podem ser representadas por uma forte vinculação que eles assumiram em relação à produção historiográfica local, principalmente, por se tratarem de artefatos podem ser relacionados aos grupos indígenas norte-rio-grandenses.

A produção historiográfica sobre o Rio Grande do Norte foi em seus primeiros trabalhos fortemente influenciada por uma concepção tradicional de história, a mesma que reforça um passado brasileiro homogêneo e onde distinguisse referências patrimoniais como, por exemplo, igrejas ou casas grande, em detrimento, entre outros, dos bens indígenas.

O exame da historiografia norte-rio-grandense evidencia como uma tendência, a ausência de itens ou capítulos que se dediquem à ocupação pré-colonial. Isto tanto para os autores ditos clássicos, que escreveram *obras de visão geral sobre a história do Rio Grande do Norte, escritas na primeira metade do século XX* (MONTEIRO, 2002: 15), quanto para os pesquisadores mais novos, responsáveis por *obras que tratam de temas específicos, produzidas mais recentemente* (MONTEIRO, 2002:15).

Apesar dos dados referentes à ocupação pré-colonial norte-rio-grandense não haverem sido incluídos nas sínteses históricas até então produzidas no estado, é possível observar que houve e há uma produção acadêmica na área de arqueologia direcionada ao entendimento dos grupos humanos agravos deste espaço e que poderia ser utilizada como suporte na hora de se pensar a cadeia operatória de procedimentos museológicos no âmbito do museu Lauro da Escóssia, contribuindo para uma valoração dos elementos nativos do estado e da região Oeste principalmente. Esta produção acadêmica, aliás, nos remete a outra instituição abordada no presente texto.

O Museu Câmara Cascudo

Em dezembro de 1961 foi fundado o Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte e no ano seguinte a universidade foi federalizada. O Instituto de Antropologia se tornou o hoje Museu Câmara Cascudo por volta de onze anos depois disto ter acontecido⁵. O fato de o instituto ter se tornado um museu reflete não só um momento de favorecimento político-institucional da universidade, já que esta mudança significaria o aumento no envio de verbas para esta última, mas reflete também preocupações da parte dos administradores e professores do instituto no que tange a necessidade de espaços mais amplos para o acondicionamento dos acervos que estavam sendo formados, bem como, de uma área destinada à exposição de parte deste material. A ampliação constante nos acervos do Museu Câmara Cascudo pode ser atribuída em grande parte a forte atuação do Departamento de Arqueologia desta instituição.

Criado em 1961 e com pesquisas desenvolvidas desde 1962, este departamento é lembrado nacional e internacionalmente até os dias de hoje. Chegando a aglutinar uma ampla equipe de arqueologia com 4 arqueólogos –

⁵ Na “Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”, realizada em 05/10/1973, é dado ciência ao quadro docente da instituição “ter o Magnífico Reitor, conseguido junto às autoridades do MEC, a mudança do no Instituto de Antropologia para Museu (de Antropologia) Câmara Cascudo, medida essa que colocava o I. A. nas mesmas condições do Museu Goeldi e do Museu Nacional do Rio de Janeiro, acrescendo o Diretor ser essa medida de incalculável valor e importância, uma vez que o mesmo poderá abrigar, de agora em diante, todos os campos da pesquisa”.

fato raro nos dias atuais, quem dirá a mais de trinta anos –, este departamento empreendeu pesquisas pontuais em praticamente todas as regiões do estado. Destes trabalhos resultaram publicações feitas em periódicos nacionais, internacionais e, também, algumas separatas financiadas com recursos dos próprios pesquisadores ou do Museu Câmara Cascudo.

Estes trabalhos publicados de 1965 até 2005 representam grande parte do que se produziu em termos de arqueologia acadêmica no Rio Grande do Norte. Aliás, nisto a situação observada no Museu Lauro da Escóssia é diametralmente oposto ao que foi observado no Museu Câmara Cascudo, ou seja, 98% do acervo de arqueologia brasileira deste último foi formado a partir dos materiais coletados nas pesquisas de campo levadas a cabo por pesquisadores da instituição. Este é um dado que deveria refletir não só um maior controle sobre o acervo, mas também a geração de uma documentação e a presença de profissionais que poderiam contribuir para que a coleção arqueológica ocupasse um espaço mais expressivo, isto quando em comparação com a forma como os artefatos arqueológicos são observados no museu de Mossoró.

Na prática, apesar de ser um museu universitário e congregar profissionais, por exemplo, da museologia e da arqueologia, as fontes arqueológicas no Museu Câmara Cascudo estão tão exiladas quanto no Museu Lauro da Escóssia. Ou seja, não possuem nesta assim como na outra instituição a menor articulação com outros conjuntos patrimoniais. Mormente, o que se observa, aliás, é que, talvez por ser a capital do estado, a exposição no Museu Câmara Cascudo tenta ser mais plural e enaltecer o potencial econômico e os valores regionais do estado.

Neste caso, percebe-se que a produção acadêmica na área de arqueologia do próprio museu não serviu de base para o processo de comunicação museológica pensado para a expografia no Museu Câmara Cascudo. Isto, em um plano local, nos remete a considerar que

os estudos arqueológicos, embora voltados para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, raramente são considerados como fontes para a interpretação desta nação (BRUNO, 1995: 7).

Os artefatos arqueológicos no Museu Câmara Cascudo estão por incrível que pareça tão descontextualizados como no Museu Lauro da Escóssia. Compõem um quebra-cabeça onde faltam peças, ou seja, não se articulam com outras memórias.

A Arqueologia no Museu Câmara Cascudo se encontra exilada na própria casa que lhe deu abrigo, que contribuiu para a formação de seus profissionais e que agora restringe seu lugar na exposição, que limitou em seu processo de extroversão a capacidade comunicacional dos bens pré-coloniais e que deixou amostra mais uma camada da estratigrafia do abandono em museus potiguares.

Considerações finais: uma memória exilada

Não poderíamos falar sobre a Musealização da Arqueologia no Rio Grande do Norte, sem antes explicar que tal linha de pesquisa lida não só com a comunicação do conhecimento arqueológico, mas também com o estudo das relações estabelecidas para com o patrimônio arqueológico no âmbito de instituições museológicas. A partir do diálogo entre a Arqueologia e a Museologia se buscou o entendimento das conjunturas que permeiam as relações estabelecidas para com as fontes pré-coloniais em solo potiguar. Assim foi evidenciado o fato de que, onde e também quando, essas fontes não são convertidas em referência cultural, ocorre a formação de conjunturas em que se configura a estratigrafia do abandono. Isto é, surgem situações em meio às quais o patrimônio arqueológico fica isolado e sem se articular com outros conjuntos patrimoniais, ou seja, não proporciona informações e não contribui para a formação das identidades.

A cultura material contribui com uma importante parcela na formação das identidades locais, regionais e/ou nacionais. Em alguns lugares do Nordeste do Brasil, em nosso caso, especificamente na cidade de Mossoró, os objetos atuam como divisores de água, valorizando determinados aspectos do desenvolvimento sócio-histórico em detrimento de outros. A resultante desse processo, em alguns casos, foi a reprodução destes padrões em museus como o MHLE, instituições que possuíram como base teórica para suas exposições a produção histórica nacional e, principalmente, local.

Tratando-se a coleção arqueológica do Museu Histórico Lauro da Escóssia a partir de um ponto de vista apenas historiográfico, não se observa uma concepção que reconheça a heterogeneidade das etnias no sentido de perceber a diferença como algo que não seja tão somente a inferioridade.

Pensando-se assim, até mesmo a concepção de um “objeto portador de passado” se torna inviabilizada, já que aos olhos de um observador comum, o bacamarte de Domingos Jorge Velho representa muito mais do que a flecha utilizada por um caçador indígena quando no abate de sua presa. No caso do MHLE, uma das armas usadas por moradores da cidade para resistir ao cerco

de um grupo de cangaceiros, no caso integrantes do bando de Lampião, é uma referência identitária, em contrapartida, uma lâmina de machado ou uma mó não possuem o mesmo significado.

Esta situação é diametralmente oposta a que foi observada no Museu Câmara Cascudo, esta instituição se configura teoricamente tanto como um espaço para a extroversão do conhecimento, quanto como um lugar de produção do saber. Esse museu é vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e foi criado em 1961, quando então se chamava Instituto de Antropologia, com o objetivo de ser um espaço de pesquisa e que favorecesse o desenvolvimento de algumas ciências que estavam sendo academicamente implantadas no estado naquele momento, por exemplo, a Antropologia e a Geologia. A situação analisada no Museu Câmara Cascudo é diferente por dois motivos básicos: 1) Esta instituição possui desde a sua criação um setor dedicado à pesquisa arqueológica; 2) A produção de conhecimento na área de arqueologia refletiu em um modo diferente de tratamento para com as fontes pré-coloniais, embora tal característica não signifique a ausência de elementos relativos à estratigrafia do abandono.

O acervo arqueológico do Museu Câmara Cascudo é formado por aquisições de várias partes do Rio Grande do Norte, entretanto, a julgar pelas impressões advindas do estudo dos livros de tombo do Departamento de Arqueologia, o registro, bem como o gerenciamento das peças, foi mal conduzido desde a formação das primeiras coleções. Somando-se a estes casos as dificuldades de relacionamento entre os pesquisadores desta instituição, ocorreu a formação de um quadro que resultou em expressivas perdas nas informações e também significou a ausência de peças que outrora integraram o acervo do Museu Câmara Cascudo.

Essas peças poderiam hoje perfilar em meio à exposição permanente deste museu. Aliás, esta exposição quando analisada evidencia situações como, por exemplo, o favorecimento de determinados departamentos, como o de Geologia, na composição dos cenários. Isto ocorre, principalmente, pelo fato de que elementos da expografia criada ainda nos anos setenta persistem e figuram de maneira a se contrapor às salas criadas nas décadas de 1990 e 2000.

Esta expografia outrora de vanguarda, sofreu intervenções principalmente nas últimas duas décadas e ocasionou a formação de uma conjuntura que desfavorece os elementos relativos às fontes arqueológicas. Os bens pré-coloniais estão isolados ou agrupados em um espaço, onde não comunicam ou informam praticamente nada sobre a Pré-história ou a Arqueologia norte-rio-grandense e, não obstante tal situação, apesar da existência de um pretense texto

informativo, este não é de autoria de nenhum pesquisador, ou ex-pesquisador, do setor de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo. Tal ocorrência é como se uma instituição de pesquisa renegasse ao esquecimento, além dos artefatos arqueológicos, também os dados produzidos sob sua alçada institucional. Destarte, observamos que as fontes arqueológicas seguiram no Museu Câmara Cascudo caminhos diferentes, mas que implicaram também em abandono e exílio.

Em um lugar onde não se conhece as produções em termos de arqueologia, tratam os artefatos à luz de produções historiográficas que mitificam a figura do índio. No outro, apesar de ser um espaço acadêmico, *é possível constatar que os estudos arqueológicos, responsáveis pela fidedignidade atribuída aos vestígios dessas populações, têm construído um rico e multifacetado universo patrimonial, ainda imperceptível* (BRUNO, 1995: XVI).

A produção acadêmica em arqueologia do Museu Câmara Cascudo, talvez, não tenha sido levada em consideração na hora de se pensar a expografia nesta instituição devido a disputas internas. Contudo, isto não obnubila o fato de que tal qual em outros lugares os bens arqueológicos não são articulados enquanto parte do patrimônio cultural.

Exilar, isolar, manter-se longe de algo, exiladas estão as coleções arqueológicas nos museus Câmara Cascudo e Lauro da Escóssia. Apesar de ocuparem o mesmo espaço, os artefatos que compõem os acervos arqueológicos destes museus estão longe de outros conjuntos patrimoniais. Isoladas, exiladas estão às memórias dos grupos que elaboraram estes objetos, apesar de estarem em lugares de memória.

RESUMO: The archeological collections are little articulate with other Brazilian patrimonial groups, what reveals layers of established relationships to these workmanships and it evidences an isolation process and forgetfulness of these while constituent of the memoirs regional or national. This "stratigraphy of the abandonment" it is observed in Rio Grande do Norte starting from the established relationships to the archeological collections in the museums Câmara Cascudo and Lauro da Escóssia. Studying different institutional realities, it is looked for contribute to the perception not only of the informative and communicative potential of the collections archeological potiguares, but also to evidence the way as this field of the Brazilian cultural heritage it has been approached in lands norte-rio-grandenses.

Artigo

Recebido: 04/05/2008

Aprovado: 01/07/2008

Key words:

collections, heritage, memory.

Referências

ALMEIDA, Adriana Mortara, VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. ed. 7. São Paulo: Contexto, 2002.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1995.

_____. A importância de processos museológicos para a preservação do patrimônio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento 3. São Paulo: EDUSP, 1999.

CALI, Plácido. **Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, Natal: FJA, 1986.

FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006. (Coleção Passo-a-passo).

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. In: **IDÉIAS**. Campinas: UNICAMP, n. 2, jan/jun, 1995.

JORGE, Vítor Oliveira. **Arqueologia, património e cultura**. Lisboa: ED. Instituto Piaget, 2000.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

LYRA, A. Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MEDEIROS, Tarcísio. **Proto História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Presença/FJA, 1985.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: Bittencourt, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. ed. 7. São Paulo: Contexto, 2002.

POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

Fontes:

ATA da 39ª Reunião Extraordinária da Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 05 de outubro de 1973.